

**AÇÃO COLETIVA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL:  
UMA EXPERIÊNCIA DE MULHERES RURAIS NO TERRITÓRIO DO MÉDIO ALTO  
URUGUAI/RS**

Judit Herrera Ortuño<sup>1</sup>  
Flávia Charão Marques<sup>2</sup>

**Resumo:** As transformações profundas do rural brasileiro a partir da segunda metade do século XX pelos processos intensivos de modernização agrícola geraram grande vulnerabilidade econômica e social das comunidades rurais, que encontraram grandes dificuldades para manter suas formas de reprodução social. Frente à tentativa de padronização agrícola e dos modos de vida destas comunidades, uma multiplicidade de respostas tem emergido em todo o país a partir dos próprios saberes e fazeres locais. A organização e ação coletiva das mulheres no rural têm se mostrado estratégia chave para a construção de relações sociais transformadoras de realidades subalternizadas. Neste cenário, as mulheres do território do Médio Alto Uruguai, noroeste gaúcho, têm protagonizado experiências que resultam na visibilização da perspectiva de gênero, evidenciando a importância da ação coletiva das mulheres na criação de respostas heterogêneas para o território. Resultado de um estudo etnográfico e fundamentado na Perspectiva Orientada ao Ator e em abordagens das feministas pós-coloniais, o artigo traz reflexões sobre a experiência das Bruxinhas de Deus de Cristal do Sul, um grupo de mulheres rurais que se organizam em torno de uma Farmacinha Comunitária para o preparo de remédios à base de plantas medicinais e para o atendimento em saúde da comunidade, assim como da participação em processos de produção de base ecológica e alimentação saudável.

**Palavras-chave:** Mulheres rurais. Ação coletiva. Farmacinha comunitária. Alimentação saudável.

Este texto constitui uma breve reflexão crítica sobre a contribuição de abordagens feministas pós-coloniais para a análise dos discursos ocidentais que dão corpo tanto aos programas e projetos internacionais de desenvolvimento orientados às mulheres rurais do chamado ‘terceiro mundo’, como às políticas públicas nacionais dirigidas a estes grupos, dando ênfase aos microagenciamentos locais construídos pelas próprias mulheres em cada contexto. Pretende-se assim acompanhar o caso das Bruxinhas de Deus de Cristal do Sul, um grupo de mulheres rurais que se organizam em torno de uma Farmacinha Comunitária<sup>3</sup> para o preparo de remédios à base de plantas medicinais e para o atendimento em saúde da comunidade, participando também de processos de organização e

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), Brasil.

<sup>2</sup> Professora Dr.<sup>a</sup> na Faculdade de Agronomia e no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS). Porto Alegre (RS), Brasil.

<sup>3</sup> Utiliza-se neste texto o termo nativo ‘Farmacinha Comunitária’ para fazer referência ao espaço físico onde as mulheres se organizam coletivamente para o preparo de remédios à base de plantas medicinais e para o atendimento em saúde da comunidade.

formação em torno da produção de base ecológica e de alimentação saudável.<sup>4</sup> A ação coletiva destas mulheres através de saberes outros e práticas cotidianas de cuidado permite problematizar a concepção de desenvolvimento, potencializando respostas heterogêneas a partir de repertórios locais frente à aparente padronização provocada pela modernização agrícola.

### ***Descolonizando discursos sobre desenvolvimento e mulheres rurais***

A partir de 1945, pós-segunda guerra mundial e num contexto de hegemonia geopolítica dos Estados Unidos, as chamadas ex-colônias passaram a ser gerenciadas pela Organização das Nações Unidas, com o respaldo econômico do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo Escobar (2007), o assim chamado ‘terceiro mundo’ foi inventado a partir do discurso de Harry Truman como novo presidente dos Estados Unidos em 20 de janeiro de 1949. A partir deste discurso foi construído o imaginário social e o sistema discursivo do desenvolvimento, apelando à necessidade de progresso dos países como processo gradual para alcançarem um estado de bens e valores considerados melhores. Este momento histórico constitui um divisor de águas, que passa a categorizar o mundo entre países desenvolvidos, ou primeiro mundo, e países subdesenvolvidos, chamados também de terceiro mundo. A modernidade é apresentada então como solução para a pobreza dos países considerados menos desenvolvidos na escala de evolução desenhada a partir dos valores ocidentais.

Seguindo a lógica foucaultiana de que discursos geram realidades, estas organizações internacionais do primeiro mundo têm promovido, através de discursos humanistas como a ajuda para a erradicação da pobreza, uma multiplicidade de programas, projetos e ações de desenvolvimento para os países do terceiro mundo. Este conjunto de ações tem sido levado a termo através do apoio financeiro internacional para a implantação de políticas públicas nos recém-formados Estados-nação, assim como pelos programas de cooperação internacional (primeiro norte-sul, hoje também sul-sul), via negociação direta entre Estados ou pela mediação de organizações não-governamentais, muito em voga à partir dos anos 1990.

Neste contexto global, situam-se os programas, projetos e ações de desenvolvimento, promovidos pelas Nações Unidas para as mulheres do terceiro mundo. As ideias que fundamentam

---

<sup>4</sup> Este artigo constitui um desdobramento da dissertação de mestrado da primeira autora, intitulada ‘Mulheres rurais e a construção de autonomia: as práticas e a ação coletiva das Bruxinhas de Deus em Cristal do Sul, RS’. Os dados foram gerados a partir de uma pesquisa etnográfica com entrevistas semiestruturadas no ano de 2015.

os discursos deste conjunto de programas e projetos baseiam-se nos pressupostos feministas eurocêntricos liberais de igualdade de gênero e direitos da mulher. Para o organismo internacional da ONU Mulheres, o caminho direto para a igualdade de gênero, a erradicação da pobreza e o crescimento econômico inclusivo encontra-se em investir na capacitação econômica das mulheres. Constrói-se, assim, o novo sujeito da mulher ‘empoderada’ economicamente, que contribui com a visão de desenvolvimento desejada para as economias nacionais, como indica o trecho a seguir: “[...] A igualdade de gênero não é apenas um direito humano básico, mas a sua concretização tem enormes implicações socioeconômicas. Empoderar as mulheres impulsiona economias mais prósperas, estimulando a produtividade e o crescimento” (ONU MULHERES BRASIL, 2016).

A inserção destes discursos como princípios universalizantes para a construção de políticas públicas para as mulheres nos países subdesenvolvidos ou emergentes representa a manutenção disfarçada da colonialidade do poder e do saber, agora, nas mãos dos Estados modernos e das distintas tecnologias de governo.

As abordagens de distintas feministas pós-coloniais eclodem como potencial para a reflexão crítica sobre os discursos dos feminismos ocidentais que dão corpo tanto aos programas e projetos internacionais destinados às mulheres do terceiro mundo, como às políticas públicas orientadas para o desenvolvimento nos seus países. Antes de mergulhar nas ontologias das feministas pós-coloniais, a seguinte parte do texto pretende contextualizá-las através de um breve trajeto pela reconfiguração dinâmica de distintos feminismos ao longo do século XX, ainda que sem pretensão analítica propriamente dita.

### ***Corpos dos feminismos pós-coloniais***

Os feminismos pós-coloniais, que emergem a partir da ‘terceira onda’ feminista, se baseiam na crítica à universalização das experiências das mulheres pelos feminismos ocidentais, assim como na crítica às teorias pós-coloniais pela ausência dos debates sobre as opressões de gênero. Partindo desta postura, propõem análises detalhadas das interseções entre as distintas opressões de gênero, classe, campesinidade, raça e sexualidade, a partir das experiências de vida das próprias mulheres nos diversos contextos. Este comporia o duplo movimento proposto por Mohanty (2008), de desconstrução dos feminismos ocidentais e da teoria pós-colonial, e de construção dos feminismos do terceiro mundo.

Para Mohanty (2008), os feminismos ocidentais e os feminismos pós-coloniais não são grupos monolíticos. Assim, quando se faz referência às teorias dos feminismos ocidentais, consideram-se os discursos hegemônicos produzidos tanto pelas acadêmicas do primeiro mundo, como pelas acadêmicas do terceiro mundo que escrevem sobre as mulheres rurais e sobre as trabalhadoras urbanas de seus próprios países. Por outro lado, a diversidade de práticas e discursos dos feminismos pós-coloniais não pretende constituir um grupo homogêneo, unificado pelo consenso. Ao contrário, nutre-se a diferença a partir dos distintos contextos locais. A união é mais estratégica e temporal, no sentido da diluição das fronteiras tanto dos feminismos ocidentais como das teorias pós-coloniais.

Para a desconstrução dos feminismos ocidentais, Mohanty (2008) analisa uma série de escritos feministas legitimados pelo discurso humanista do Ocidente e mostra como estes colonizam de forma discursiva a complexidade de vidas das mulheres do terceiro mundo. Os sujeitos reais com suas próprias histórias coletivas, a heterogeneidade de mulheres, são reduzidos e simplificados ao conceito homogêneo e a-histórico de ‘Mulher’, como parte do discurso hegemônico de representação da ‘Outra’. Desta forma, Mohanty (2008) ressalta a importância fundamental de desmascarar os universalismos etnocêntricos dos discursos acadêmicos das feministas ocidentais, assim como examinar os efeitos e implicações políticas das distintas estratégias e princípios analíticos.

Quando o conceito de mulher é usado como categoria analítica prévia às análises, pressupõe-se que a igualdade na opressão de gênero une a todas as mulheres. Esta suposição silencia a diversidade de experiências das mulheres do terceiro mundo nos seus contextos de opressão de classe, raça, campesinidade e sexualidade, considerando a hegemonia de um sistema mundo capitalista heteropatriarcal racialmente estruturado. Para Mohanty (2008), “não se questiona o potencial descritivo da diferença de gênero, mas o potencial explicativo da diferença de gênero como a origem da opressão”.

Além disso, os discursos feministas ocidentais objetivam as mulheres do terceiro mundo, gerando uma representação destas como ‘vítimas’ do domínio masculino, do processo colonial, do sistema tradicional, entre outros. As mulheres são assim representadas previamente como grupos ‘sem poder’, politicamente imaturos, ‘dependentes universais’. Para Hooks (2004), por exemplo, as mulheres brancas ocidentais mantêm uma atitude paternalista com as mulheres negras, tratando-as como objetos passivos nos seus discursos, e conseqüentemente silenciando suas vozes. Sob a

autoridade de mediadoras, os aspectos não reconhecidos do status social de mulheres brancas as impede de transcender seu racismo oculto.

No seguinte trecho sobre as políticas públicas brasileiras direcionadas às mulheres rurais, pode-se perceber a representação destas mulheres como grupos ‘sem poder’ e sem participação social no desenvolvimento, invisibilizando desta forma as diferentes formas de expressão das agências destes grupos de mulheres. Deste modo, os dispositivos do Estado-nação e o acesso às políticas públicas para a igualdade de gênero são vistos como o caminho para as mulheres rurais construírem suas capacidades de agir, como segue:

[...] A dominação econômica e cultural à qual as mulheres estão submetidas na família se reflete na sua dificuldade de expressão na vida pública e perpetua um círculo vicioso de “não-direitos”, de “não-cidadania” e de participação desigual no desenvolvimento. As mulheres em geral e as pobres em especial vivenciam, na sociedade, um sistemático processo cultural e político de expropriação das suas capacidades de agir publicamente e de exercício de seus direitos. O acesso a políticas públicas pode melhorar concretamente a vida das mulheres e permitir que haja uma valorização das suas contribuições para a sociedade, ajudando a superar valores e preconceitos ainda existentes, que impedem a sua plena realização como cidadãs (BUTTO, 2011, p. 185).

Nos escritos acadêmicos das feministas ocidentais sobre mulheres do terceiro mundo e desenvolvimento (que fundamentam as políticas nacionais e internacionais para o desenvolvimento) analisados por Mohanty (2008), são expostas as supostas necessidades das mulheres do terceiro mundo, tomando como referência universal os princípios e valores das mulheres ocidentais. Ao mesmo tempo, são denunciadas a falta de opções destas mulheres, representadas como vítimas, e a falta de sensibilidade das políticas públicas para o desenvolvimento, considerando que estas últimas não dão atenção a tais necessidades.

### ***Dizeres institucionais sobre a autonomia das mulheres rurais no Brasil***

O Estado brasileiro institucionalizou as políticas públicas de igualdade de gênero através da criação em 2002 da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), organismo governamental direcionado a garantir a transversalidade nas políticas dos diferentes ministérios e demais órgãos federais. Como forma de incluir as mulheres rurais no projeto nacional em construção de desenvolvimento rural sustentável, foi criada a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais (DPMR) dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), hoje extinto. Esta diretoria, articulada à SPM, implementou políticas públicas para as mulheres rurais direcionadas à promoção da autonomia econômica e da igualdade de gênero.

A seguir, serão trazidos alguns aspectos que se referem ao significado de autonomia das mulheres rurais promovido pelo desenvolvimento rural sustentável no âmbito das políticas públicas brasileiras, de modo a compreendermos a consequente invisibilidade de outras formas criativas de expressão da autonomia no cotidiano destes grupos de mulheres.

Desde um ponto de vista das instituições públicas, tem se construído um entendimento de autonomia das mulheres rurais partindo de uma perspectiva centrada na inclusão produtiva destas no desenvolvimento rural do país. Assim, as estratégias institucionais de fortalecimento da autonomia destes grupos de mulheres tem se focado prioritariamente no acesso às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, como no caso do Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (PNOPMR).

Assim, no processo de inclusão da temática de igualdade de gênero dentro da gestão participativa do desenvolvimento rural sustentável nos territórios rurais pelo Programa dos Territórios da Cidadania<sup>5</sup>, foram promovidas ações de formação e capacitação das mulheres rurais com o objetivo de ampliar o acesso destes grupos de mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e o crédito rural para mulheres, à exemplo do Pronaf Mulher. Tais políticas são vistas, então, como estratégias chave usadas para a promoção da autonomia das mulheres, reafirmando uma perspectiva prioritariamente econômica. A renda é colocada como o principal indicador da igualdade de gênero e da conquista de autonomia por parte das mulheres rurais.

Desde meados dos anos 2000, cresceu o debate sobre a inclusão do enfoque de igualdade de gênero a partir da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), consolidada através da nova lei de ATER pelo Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010. É a partir de 2006 que a DPMR do MDA promoveu chamamentos públicos de projetos específicos de ATER para mulheres rurais no nível nacional, com o objetivo principalmente de realizar formações direcionadas à organização das mulheres em grupos produtivos para a sua inclusão econômica no desenvolvimento dos territórios rurais.

---

<sup>5</sup> “O Territórios da Cidadania é uma estratégia de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações” (BRASIL, 2008).

No Território da Cidadania do Médio Alto Uruguai, onde se insere o município de Cristal do Sul, o eixo de gênero foi introduzido no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) na sua segunda edição, em 2010, a partir da articulação dos grupos de mulheres que participavam do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Médio Alto Uruguai (CODETER). Através desta conquista se conseguiu a aprovação de dois chamamentos públicos de ATER para Mulheres Rurais neste território, o primeiro em 2013 e o segundo em 2015, implementados pelo Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP). Assim, foram realizadas ações de formação com grupos de mulheres por todo o território, objetivando a organização produtiva destas em torno daquilo que elas já produzem habitualmente para a família nos seus quintais, mas que não é reconhecido em termos de renda, e possibilitando, desta forma, a comercialização de seus produtos alimentares.

Na primeira atividade da segunda etapa de formação foi enfatizada a responsabilidade das mulheres rurais para com a família e com o mundo na produção de ‘alimentos saudáveis’: “*o mundo passa fome porque temos poucas mulheres que produzem alimentos*”. Esta construção do novo sujeito de mulher rural para o desenvolvimento sustentável parece naturalizar e estender a responsabilidade histórica das mulheres no cuidado dos outros, indo além da família e alcançando também a esfera global. Como observaram Charão-Marques *et al.* (2015), esta ‘dupla jornada’ na produção de alimentos e na reprodução da organização familiar, considerando que as mulheres continuam comprometidas com o trabalho doméstico nas suas casas, termina criando um paradoxo, uma espécie de armadilha, sobrecarregando as próprias mulheres.

As considerações trazidas aqui em momento algum invalidam ou questionam o valor e a propriedade dos esforços que têm sido feitos no sentido de garantir a chamada autonomia econômica das mulheres rurais, seja pela melhoria da renda ou pelo reconhecimento do trabalho. Os avanços em políticas são inegáveis no reconhecimento do trabalho e do papel das mulheres para as transformações no campo brasileiro. No entanto, a problematização se faz necessária no sentido de também reconhecer as construções locais sobre autonomia, seus significados e reflexos nas práticas das mulheres, em especial, no que tange à ação coletiva. Assim, se fazem necessários novos ‘olhares’ e ‘fazeres’ em relação a práticas e discursos emergentes. Neste percurso, perspectivas feministas pós-coloniais poderão inspirar estratégias políticas outras.

### ***Vidas e vozes próprias: microagenciamentos locais***

Castro-Goméz (2007), a partir da *teoria heterárquica* do poder de raízes foucaultianas, destaca a importância dos estudos pós-coloniais irem além da análise etnográfica molar do funcionamento dos dispositivos de regulação e normalização do Estado, e olharem para as tecnologias de resistência e descolonização a nível molecular. Este autor chama a atenção para as distintas lógicas decoloniais que acontecem em correntes microfísicas que afetam os corpos, os sentimentos e as relações interpessoais, e que aparecem no nível molar só de forma residual. Existem ‘linhas de fuga’ deleuzianas por onde a vida escapa ao poder. São temporalidades outras, práticas autônomas de subjetividade que escapam à regulamentação estatal. Castro-Goméz (2007) sugere focar nas potencialidades de ‘decolonialidade do Ser’, os microagenciamentos moleculares, para a transformação permanente do ‘habitus pós-colonial’.

Nesta linha, a partir da desconstrução sobre os discursos dos feminismos ocidentais e seus efeitos nas vidas das mulheres do terceiro mundo, Mohanty (2008) propõe análises locais e contextuais cuidadosas que possam inspirar estratégias políticas para a construção de feminismos do terceiro mundo. Trata-se de demonstrar analiticamente a produção dos grupos de mulheres como conjuntos socioeconômicos e políticos nos seus contextos particulares. Para isso é essencial dar atenção às diferentes expressões cotidianas de protesto e resistência destes grupos, aos espaços de manobra conquistados, aos microagenciamentos locais, e só gerar categorias teóricas a partir de cada contexto concreto analisado. É justamente nesta lógica que entram em cena as Bruxinhas de Cristal do Sul.

### ***Ação coletiva das Bruxinhas de Cristal do Sul***

As raízes do grupo das Bruxinhas de Cristal do Sul, município localizado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e parte do Território do Médio Alto Uruguai, se encontram na trajetória de ação coletiva das mulheres por meio do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Cristal do Sul, ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETAG). Enquanto grupo constituído exclusivamente por mulheres, iniciam, em 2005, uma capacitação chamada de formação integral em plantas medicinais com mais de trinta integrantes junto ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). Esta formação faz parte de um longo processo, desde 1994, de consolidação de mais de 70 Farmacinhas Comunitárias em municípios do interior do Rio Grande do Sul envolvendo grupos de mulheres, a partir da criação da primeira farmácia caseira em 1992 na Linha Solidão no município de Maquiné,

no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Longe da visão de um modelo pronto de Farmacinha que se multiplica de forma padronizada, cada grupo de Bruxinhas reconfigura e ressignifica os conhecimentos e as práticas de cuidado em saúde por meio de seus próprios repertórios locais. Uma mistura permanente de dinâmicas de conhecimentos e práticas cotidianas vai consolidando o *saber-fazer* de cada grupo, entendido este como “um saber não dissociado do fazer, um saber em constante transformação, pois apropria-se de elementos externos, os transforma e absorve” (DE CERTEAU, 1998, p.155).

No processo de formação deste grupo de mulheres, consegue-se um espaço próprio para encontros que aos poucos vai se constituindo na Farmacinha Comunitária, situada junto às instalações da Rádio Comunitária do município. Desde então, o grupo se encontra regularmente para a preparação coletiva de tinturas, elixires, xaropes, pomadas, entre outros produtos à base de plantas medicinais, assim como para o atendimento em saúde aberto à comunidade, tendo em conta que parte destas mulheres são também agentes comunitárias de saúde.<sup>6</sup>

Estas práticas relacionadas à recuperação da saúde fazendo o uso de plantas medicinais estão imbricadas com diversas representações, não se restringindo somente ao uso medicinal, mas por meio de relações mais complexas que envolvem aspectos de utilização alimentar, espiritual, cultural e de práticas ritualísticas. Em outras palavras, o extrativismo e o cultivo de plantas medicinais, assim como o consumo de chás e outros preparados, são aspectos ligados a um passado. No entanto, tais práticas surgem do entrecruzamento de conhecimentos, tradicionalidade e heterogeneidade no mundo rural, provocando, de certo modo, uma crítica ao desenvolvimento como processo homogeneizante e unicamente legitimado pela ciência moderna.

Longe de perpetuar uma visão dicotômica entre ciência biomédica e conhecimentos locais, o *saber-fazer* das Bruxinhas mostra a complexidade e o dinamismo da construção do conhecimento, envolvendo uma heterogeneidade de manifestações. Como argumentado por Guivant (1997), ela é resultado do processo de modificação, invenção e reapropriação de vários conhecimentos num fluxo contínuo. Desta forma, o conhecimento destas mulheres é reconfigurado e ressignificado dentro do grupo a partir das trajetórias de vida de cada Bruxinha, mas também a partir do *saber-fazer* que o grupo constrói coletivamente desde as necessidades, possibilidades e limitações cotidianas.

---

<sup>6</sup> Como parte do Sistema Único de Saúde (SUS), criado oficialmente pela Constituição Federal de 1988 para a garantia do acesso ao atendimento público de saúde pela população brasileira, o trabalho das agentes de saúde objetiva constituir um elo de fortalecimento e integração entre os serviços de saúde da APS e a comunidade.

Durante os encontros semanais das Bruxinhas, há trocas constantes de receitas, de plantas, de sementes, de leituras, de reflexões, de *fazeres* conjuntos. Em cada época do ano, as mulheres vão indicando umas para as outras onde achar cada planta: “*tem um pé lá no morro*”, “*tenho duas mudas em casa, posso trazer*”. Essa mistura permanente e dinâmica de conhecimentos que vão reconfigurando as práticas cotidianas das Bruxinhas na Farmacinha nos desloca da concepção de um conhecimento tradicional homogêneo e estático, ou mesmo da noção de um saber puro que precise ser conservado (GUIVANT, 1997). Aqui o conhecimento é interpretado como constituído pelas formas em que as pessoas categorizam, codificam, processam e imputam significado a suas experiências (ARCE e LONG, 1992).

As Bruxinhas sempre esclarecem que o trabalho que realizam é de “*prevenção*”, e que as pessoas da comunidade com problemas de saúde não devem deixar de buscar atendimento junto ao posto de saúde. Isto mostra novamente uma visão menos de oposição entre distintos corpos de conhecimento, e mais de certa complementaridade entre estes. Assim se ouve delas: “*descobrimos que nossa doença não era doença*”, e que “*as pessoas sabem se sanar*”. Em outras palavras, o *saber-fazer* das Bruxinhas se fundamenta na confiança das capacidades regulatórias do organismo, na confiança do potencial autônomo das pessoas para cuidarem, até certo limite, da sua saúde.

Além do preparo e distribuição dos remédios, a Farmacinha Comunitária se constitui como espaço de organização coletiva, de fortalecimento e de cura das mulheres de Cristal do Sul. Segundo Charão-Marques *et al.* (2015), fazer remédios à base de plantas medicinais é uma ponte para o cuidado coletivo e para a auto-organização das mulheres.<sup>7</sup> É justamente a partir das práticas cotidianas em saúde das Bruxinhas, que vai surgindo no grupo a preocupação coletiva com a alimentação saudável como forma de prevenção para a saúde da comunidade.

Neste enfoque de prevenção da saúde, através de práticas sociais emergentes de produção de base ecológica, as Bruxinhas mostram uma postura crítica frente ao uso indiscriminado de agrotóxicos, que é parte da realidade econômico-produtiva da região, baseada especialmente na produção para o mercado externo de grãos, como milho, soja e trigo, mas também na integração às grandes cadeias de produção de aves, suínos, fuminicultura, entre outros (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008). Tomando o pressuposto de que os processos de intervenção sobre o desenvolvimento das localidades rurais produzem respostas heterogêneas (LONG, 2007), pode-se entender que, mesmo

---

<sup>7</sup> Cabe ressaltar que o trabalho das Bruxinhas na Farmacinha não é remunerado, senão que faz parte dessa trajetória de militância das mulheres nos movimentos sociais e no sindicato rural.

perante o cenário de aparente homogeneização provocada pelo processo de modernização agrícola nesta região, o resultado não é uma padronização técnico-produtiva ou uma estratificação socioeconômica fixa e bem delimitada.

### **Considerações**

É neste contexto de heterogeneidade de respostas, que mundos de vida díspares da padronização do desenvolvimento rural surgem, multiplicando expressões de saberes e práticas que se desviam de um suposto vetor desenvolvimentista esperado. É justamente de tais discontinuidades que formas expressivas de existência como as Bruxinhas de Cristal do Sul emergem, problematizando assim as concepções hegemônicas de ‘desenvolvimento’ e de ‘mulher’ através de seus microagenciamentos locais.

Percebe-se, então, a partir da descrição desta experiência de organização de mulheres rurais em torno do cuidado em saúde e em alimentação saudável no Território do Médio Alto Uruguai, que a ação coletiva destas mulheres promove a construção de mudanças sociais que partem das necessidades e potencialidades locais, frente a um modelo universalizante de desenvolvimento com viés produtivista.

### **Referências**

- ARCE, A.; LONG, N. The dynamics of knowledge. Interfaces between bureaucrats and peasants. In: LONG, N.; LONG, A. *Battlefields of knowledge: the interlocking of theory and practice in social research and development*. Londres: Routledge, 1992.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Territórios da cidadania: Brasil 2008*. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>>. Acesso em: 22 abril 2016.
- BUTTO, A.; DANTAS, I. (org.). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. 192 p.
- CASTRO-GÓMEZ, S. *Michel Foucault y la colonialidad del poder*. Bogotá: Tabula Rasa, 2007.
- CHARÃO-MARQUES, F. *et al.* As mulheres e as plantas medicinais: reflexões sobre o papel do cuidado e suas implicações. *Retratos de Assentamentos*, v. 18, n1, p. 155-181, 2015.
- DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis. Brasil: Vozes, 1997. 351 p.

ESCOBAR, A. *La invención del tercer mundo*. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

GUIVANT, J. *Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.14, n.3, p.411-446, 1997.

HOOKS, B. Mujeres negras. Dar forma a la teoría feminista. In: HOOKS, B. *et al. Otras inapropiables*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004.

LONG, N. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis. 2007. 504 p.

MOHANTY, C. T. Bajo los ojos de occidente. Academia feminista y discurso colonial. Tradução: María Vinós. In: SUÁREZ, L.; HERNÁNDEZ, A. *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: ed. Cátedra, 2008. p. 33-50.

ONU MULHERES BRASIL. *Sobre a ONU Mulheres*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. *A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social*. Frederico Westphalen: Ed. da URI, 2008.

### **Collective action and social transformation: an experience of rural women in the Territory of Médio Alto Uruguai (Rio Grande do Sul, Brazil)**

**Abstract:** The deep transformations of the Brazilian rural from the second half of the twentieth century through the intensive processes of agricultural modernization generated great economic and social vulnerability of the rural communities, who found great difficulties to maintain their forms of social reproduction. In the face of the attempt to standardize agriculture and the ways of life of these communities, a multiplicity of responses has emerged throughout the country from the local knowledge and practices. The organization and collective action of women in the rural have shown to be a key strategy for the construction of transforming social relations of subalternized realities. In this context, women from the territory of *Médio Alto Uruguai*, in the northwest of Rio Grande do Sul, have carried out experiences that result in the visibility of the gender perspective, highlighting the importance of collective action by women in creating heterogeneous responses to the territory. As a result of an ethnographic study and based on the Actor-Oriented Perspective and approaches of postcolonial feminists, the article reflects on the experience of *Bruxinhas de Deus de Cristal do Sul*, a group of rural women who are organized around a *Farmacinha Comunitária* for the preparation of medicinal herbal remedies and for community health care, as well as participation in ecologically based production processes and healthy food.

**Key-words:** Rural women. Collective action. *Farmacinha comunitária*. Healthy food.